

O Estado acima de tudo

Por ocasião da crise entre a Funai e a comunidade indígena, um fato sobrelevou-se no cenário das paixões. Foi quando o deputado Juruna reclamou respeito ao cacique da comunidade dos índios, numa clara evidência de que este respeito é fundamental, tanto na ordem institucional, quanto na ordem natural. Daí não se admitir que as críticas contra o Governo alcancem a pessoa do mandatário, que no exercício do poder é representativo do seu povo, mais do que de si mesmo.

Esboça-se, no Ceará, uma crise política que alcança o Palácio da Abolição. Será admissível que se critique o Governo e se reclame de sua postura, mas não se pode acolher como legítimas as expressões que atentam contra a pessoa do governador Gonzaga Mota. Ontem, num programa de televisão, o deputado Marconi Alencar extravasou seus ressentimentos, não arguindo os erros, mas agredindo a pessoa de Gonzaga Mota com a pecha de vilão. Aí está descrita a própria origem da crise. Se não se assume uma postura de respeito para com o governante que representa a comunidade, por certo que se diluem as prováveis razões ou se

insinua a subalternidade da queixa.

Não nos cabe, num comentário diminuto, analisar o novo quadro político cearense em gestação. Pelo menos agora não nos propomos tal mister. Acode-nos, no entanto, o dever de advertir os políticos para a necessidade de agirem com nobreza, colocando o interesse público acima das contendas dos segmentos do partido situacionista.

Não há quem desconheça que os acordos partidários e interpartidários integram a "praxis" política. Em qualquer país, tais acordos visam a consentir uma convivência harmoniosa das facções, com o objetivo de se chegar a um denominador comum na área administrativa.

O Acordo de Brasília, no entanto, com algumas peculiaridades originais, esgotou em si mesmo as possibilidades do governante cearense. Era natural, assim, que houvesse ao longo do tempo alguns tropeços, sobretudo quando se sabe que em política os atos são refratários às contas matemáticas. As insatisfações, por isso, seriam absolutamente presumíveis e deveriam ter sido amadurecidas para serem aplacadas com o gesto da

colaboração desinteressada e da solidariedade.

Inversamente, tem-se diante do público um quadro contristador. As mesmas pessoas que conduziram Gonzaga Mota ao Governo do Estado estranham-no e publicamente nos induzem a convicção de que a soma dos empregos conquistados não bastou ao longo de um ano e meio de administração.

Não se pretende, agora, tomar a defesa do Governador. Importa-mos advertir a todos para o dever de buscar o entendimento sério, em torno das questões vitais do Ceará. Não há tempo nem lógica para os entreveros suscitados por invasões de "currais" eleitorais, ou de empregos subtraídos as promessas. Vale, para todos os políticos, a obrigação de se sobrepor às paixões e aos interesses pessoais, porque o Estado não tem mais como pagar o preço das ambições de grupos ou de pessoas.

É urgente que se ponha água na fervura e se olhe o povo com o intuito de ajudá-lo. Ao menos que não se avilte a figura do Governador com expressões que nos constroem e oprimem. Trata-se de princípio elementar que até os índios conhecem.

Sintoma de mudança

A política indigenista brasileira se constituiu por longo tempo numa espécie de pedra de escândalo. Pois o tratamento dispensado ao índio pelos órgãos do Governo e pelos homens ditos civilizados no esforço de ocupação dos vazios territoriais e da distensão das fronteiras agrícolas destoava da tão decantada "índole cordial" do homem brasileiro. Povos indígenas, antes fortes e orgulhosos de sua cultura, foram escoraçados, a ferro e fogo, de suas terras pelos civilizados empenhados na busca de terras para criar boi e para intensificar a mineração.

Tantas foram as denúncias das atrocidades praticadas ao longo desse processo de ocupação que repercutiram no Exterior. Entidades de largo conceito internacional levantaram as suas vozes contra o genocídio que aqui se praticava contra povos indefesos. Em 1967, o Ministro do Interior, general Albuquerque Lima, por sinal cearense, encarregou outro cearense, o Procurador-Geral do Serviço de Proteção aos Índios, Jádér Figueiredo Correia, para promover ampla investigação sobre o assunto. O que foi apurado estremeceu a Nação. Descobriu a comissão provas de ampla corrupção e sadismo, inclusive o massacre de tribos indígenas a dinamite, metralhadoras e açúcar misturado a arsênico.

As revelações contidas no Relatório, que em princípio se atinham ao comportamento de funcionários do SPI,

atraíram investigadores de organismos internacionais. Um deles, Patrick Braun, chegou à conclusão de que agentes do SPI e latifundiários haviam usado armas bacteriológicas e convencionais para dizimar tribos indígenas. Obteve também a confirmação de que foram introduzidas, deliberadamente, em tribos de Mato Grosso, entre 64 e 65, a varíola, a gripe, a tuberculose e o sarampo. Outro observador estrangeiro, Norman Lewis, em artigo publicado no "Sunday Times", de Londres, em fevereiro de 1969, denunciava, com base em provas irrefutáveis, que "mais de cem indigenistas inclusive dois recém-empossados diretores do SPI, se haviam aliado a latifundiários e especuladores para roubar e matar sistematicamente os índios. No relacionamento dos civilizados com os indígenas predominavam, pois, o genocídio e a violação aos direitos humanos. Não podia passar despercebido aos órgãos internacionais que tratam dessas questões.

Os planos de ocupação da Amazônia, lançadas num contexto de ufanismo serôdio, apenas pioraram a situação, levando 80 etnólogos, antropologistas, sociólogos e historiadores a lançar em 1971 um documento em que denunciavam as distorções da política indigenista. "Ao longo de toda a história do Brasil" "assinavam eles, "das épocas coloniais mais distintas ao dia de hoje, os esforços de "integração" constituem o

objetivo essencial e quase único da política indigenista. Em todas as épocas a "integração" do índio foi promovida por meio de guerras injustas e pacificação forçada, por dizimação, trabalho forçado, conversão religiosa e muitas outras técnicas que foram ou continuam sendo imaginadas ou sugeridas pelos setores interessados. O índio continua a ser, hoje como sempre, objeto de esforços "integracionistas".

Sabe-se, porém, que, ontem como hoje, o índio quer apenas ser livre nas terras que lhe pertencem, como mostraram ainda há pouco os txucarramães. O entrevero do Xingu foi, talvez, o primeiro da história em que prevaleceu a vontade do índio, ou, melhor, em que Jupiter desceu do Olimpo para ouvi-lo e atendê-lo. É possível que desse episódio rumoroso haja nascido as diretrizes de uma nova política indigenista atenta aos valores do humanismo. O que tem ocorrido de então para cá representa um sintoma de mudança. A Funai, que substitui o SPI, tem hoje à frente um homem identificado com a problemática indígena. E índios aculturados já foram designados para cargos de importância no órgão. Um deles, Megaron, foi empossado ontem como Diretor do Parque Nacional do Xingu. É um txucarramãe - povo que esteve há poucos dias em pé de guerra. Tudo indica que os princípios defendidos, arduamente, por Rondon e Noel Nutels voltam a encontrar guarida na Funai.